

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 08/2011 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 08/2011 DE 31 DE MARÇO**

----- Aos trinta e um dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a oitava reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, e Manuel Marques Custódio e Dr.^a Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o Vereador em regime de não permanência, Sr. Dr. Avantino Loureiro Beleza.-----

----- A presente reunião foi convocada por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 1 do art.º 63.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.^a Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- De imediato passou-se à análise da ordem do dia oportunamente enviada à Vereação, nos termos legais: -----

----- **1 – Execução da Obra de Infraestruturação e Pavimentação dos arruamentos A, B, C, D, E, F, G e H em Vila Nova de Paiva - Concurso Público – Notificação de adjudicação – Documentos de habilitação – Autorização de contratação da empreitada – Aprovação da minuta do contrato – Informação N.º 02-CM/2011 de 23.03.2011 da DOM.**----

----- Foi presente à reunião a Informação N.º 02-CM/2001, de 23.03.2011, do seguinte teor integral: -----

----- “Para efeitos de execução da empreitada em epígrafe, a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária de 06 de Janeiro de 2011, autorizou a abertura de procedimento do concurso público previsto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, o disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, quanto à exigência de caução, tendo sido publicado Anúncio de Concurso n.º 54/2011 na 2.ª Série (Parte L) do Diário da República n.º 5, de 7 de Janeiro de 2011, sendo o modo de

apresentação das propostas através da Plataforma Electrónica em uso nesta Câmara Municipal (Referência 225).

-----Na sequência da proposta de adjudicação formalizada através do Relatório Final, elaborado pelo Júri do Procedimento, de 16 de Fevereiro, a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 03 de Março de 2011, adjudicou a empreitada à firma EDIBEST – Engenharia e Construção, L.^{da}, pelo preço contratual, excluído o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, de € 340.758,64 € (trezentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta oito euros e sessenta e quatro centimos), para um prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias, face ao critério de adjudicação estabelecido (critério do mais baixo preço).

Em cumprimento do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, em 04 de Março de 2011, através da Plataforma Electrónica, a decisão de adjudicação foi notificada a todos os concorrentes, sendo ainda o Adjudicatário notificado para, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo e no prazo previsto no Caderno de Encargos, nomeadamente:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no art.º 81.º do CCP;*
- b) Prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, conforme modelos anexos ao Caderno de Encargos, no valor de 5% do preço contratual.*

-----Em 18 de Março, o Adjudicatário apresentou na Plataforma Electrónica, em boa forma, os documentos solicitados, nomeadamente:

- a) Declaração conforme modelo constante do Anexo II ao CCP;*
- b) Certificados do registo criminal actualizados, emitidos pela Direcção-Geral da Administração da Justiça, da sociedade e respectivos administradores, comprovativos de não se encontrarem nas situações previstas nas alíneas b) e i) do art.º 55.º do CCP;*
- c) Declaração do Instituto da Segurança Social, I.P e Certidão do Serviço de Finanças de Tondela, actualizados, comprovativos da situação contributiva e tributária regularizada;*
- d) Caução no valor de € 17.037,93, a favor do Município, correspondente a 5% do preço contratual, sob a forma de Garantia Bancária n.º GAR/11300919 constituída em 14 de Março de 2011 pelo Banco BPI, S. A .*

-----Em cumprimento do n.º 1 do art.º 85.º do CCP, em 21 de Março de 2011 foram os concorrentes notificados da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário.

-----Comprovada que está a prestação de caução, e para efeitos de celebração do contrato escrito da empreitada como resulta “a contrario” da alínea d), do n.º 1, do art.º 95.º do CCP, importa proceder à aprovação da respectiva minuta pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme previsto no n.º 1 do art.º 98.º do CCP, cuja

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 08/2011 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

competência, face ao preço contratual, é da Câmara Municipal nos termos previstos no art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

Anexa-se minuta do contrato elaborada pelo Chefe da DAF.”

----- DELIBERAÇÃO: Após tomada de conhecimento da apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução por parte da firma adjudicatária EDIBEST-Engenharia e Construção Lda, deliberado por unanimidade autorizar a contratação da empreitada e aprovar a respectiva minuta do contrato.-----

----- 2 - Execução da obra de Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa) - Concurso Público – Notificação de adjudicação – Documentos de habilitação – Autorização de contratação da empreitada – Aprovação da minuta do contrato – Informação N.º 03-CM/2011 de 23.03.2011 da DOM.-----

----- Foi presente à reunião a Informação N.º 03-CM/2001, de 23.03.2011, do seguinte teor integral: -----

----- “Para efeitos de execução da empreitada em epígrafe, a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária de 20 de Janeiro de 2011, autorizou a abertura de procedimento do concurso público previsto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, o disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, quanto à exigência de caução, tendo sido publicado Anúncio de Concurso n.º 255/2011 na 2.ª Série (Parte L) do Diário da República n.º 5, de 21 de Janeiro de 2011, sendo o modo de apresentação das propostas através da Plataforma Electrónica em uso nesta Câmara Municipal (Referência 227).

-----Na sequência da proposta de adjudicação formalizada através do Relatório Final, elaborado pelo Júri do Procedimento, de 25 de Fevereiro, a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 03 de Março de 2011, adjudicou a empreitada à firma Irmãos Guimarães, Lda, pelo preço contratual, excluído o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, de € 197.242,20 € (cento e noventa sete mil, duzentos e quarenta dois euros e vinte centimos), para um prazo de execução de 90 (noventa) dias, face ao critério de adjudicação estabelecido (critério do mais baixo preço).

-----Em cumprimento do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, em 04 de Março de 2011, através da Plataforma Electrónica, a decisão de adjudicação foi notificada a todos os concorrentes, sendo ainda o Adjudicatário notificado para, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo e no prazo previsto no Caderno de Encargos, nomeadamente:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no art.º 81.º do CCP;

b) Prestar caução nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, conforme modelos anexos ao Caderno de Encargos, no valor de 5% do preço contratual.

-----Em 18 de Março, o Adjudicatário apresentou na Plataforma Electrónica, em boa forma, os documentos solicitados, nomeadamente:

a) Declaração conforme modelo constante do Anexo II ao CCP;

b) Certificados do registo criminal actualizados, emitidos pela Direcção-Geral da Administração da Justiça, da sociedade e respectivos administradores, comprovativos de não se encontrarem nas situações previstas nas alíneas b) e i) do art.º 55.º do CCP;

c) Declaração do Instituto da Segurança Social, I.P e Certidão do Serviço de Finanças de Tondela, actualizados, comprovativos da situação contributiva e tributária regularizada;

d) Caução no valor de € 9.862,11, a favor do Município, correspondente a 5% do preço contratual, sob a forma de Garantia Bancária n.º 3120/08/2011 constituída em 15 de Março de 2011 pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Lafões, C.R.L.

-----Em cumprimento do n.º 1 do art.º 85.º do CCP, em 17 de Março de 2011 foram os concorrentes notificados da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário.

-----Comprovada que está a prestação de caução, e para efeitos de celebração do contrato escrito da empreitada como resulta “a contrario” da alínea d), do n.º 1, do art.º 95.º do CCP, importa proceder à aprovação da respectiva minuta pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme previsto no n.º 1 do art.º 98.º do CCP, cuja competência, face ao preço contratual, é da Câmara Municipal nos termos previstos no art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

-----Anexa-se minuta do contrato elaborada pelo Chefe da DAF.”

----- DELIBERAÇÃO: Após tomada de conhecimento da apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução por parte da firma adjudicatária Irmãos Guimarães Lda, deliberado por unanimidade autorizar a contratação da empreitada e aprovar a respectiva minuta do contrato.-----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A acta da presente reunião foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr Presidente declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 08/2011 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----